

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Portaria n.º 1126/2005

de 31 de Outubro

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, e no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/86, de 23 de Janeiro, por força do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15 de Outubro, o seguinte:

1.º Os factores de correcção extraordinária das rendas referidas no artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, actualizados nos termos do n.º 1 do artigo 12.º da mesma lei pela aplicação do coeficiente 1,021 fixado pelo aviso n.º 8457/2005, de 30 de Setembro, publicado

pelo Instituto Nacional de Estatística no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 30 de Setembro de 2005, são os constantes da tabela I anexa à presente portaria.

2.º Os factores acumulados a que se referem os n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, e resultantes da correcção extraordinária nos 21 primeiros anos — 1986 a 2006 — são os constantes da tabela II.

3.º Os factores a aplicar no ano civil de 2006 nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, são os constantes da tabela III.

4.º Os factores referidos no número anterior podem ser aplicados a partir de Janeiro de 2006, cumpridas que sejam as formalidades previstas no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 13/86, de 23 de Janeiro, com a redacção conferida pelo artigo único do Decreto-Lei n.º 9/88, de 15 de Janeiro.

Em 26 de Outubro de 2005.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

TABELA I

Tabela a que se refere o artigo 11.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro, actualizada nos termos do n.º 1 do artigo 12.º pela aplicação do coeficiente 1,021 fixado no aviso n.º 8457/2005, de 30 de Setembro

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
Antes de 1955	18,32	20,14	21,94	23,73	9,82
De 1955 a 1959	16,84	18,32	19,87	21,31	
1960	15,70	16,98	18,27	18,27	
1961	13,81	14,68	15,58	16,50	
1962	13,02	13,81	14,53	15,27	
1963	13	13,78	14,48	15,20	
1964	12,26	12,66	13,45	13,99	
1965	11,19	11,60	12,03	12,50	
1966	9,66	9,88	10,13	10,31	
1967		8,96			
1968		8,40			
1969		8,29			
1970		7,48			
1971		7,41			
1972		7,07			
1973		6,55			
1974		5,97			
1975		4,64			
1976		4,13			
1977		3,70			
1978		3,59			
1979		3,40			

TABELA II

Factores acumulados resultantes da correcção extraordinária nos 21 primeiros anos (1986 a 2006)

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
Antes de 1960	14,48	15,88	17,03	18,43	9,68
1960	13,59	14,75	15,88	17,03	
1961	12	12,66	13,62	14,32	
1962	11,50	12	12,66	13,36	
1964	10,81	11,50	12	12,43	

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
1965	10,37	10,61	11,07	11,50	
1966	8,98	9,22	9,44	9,68	
1967		8,75			9,68
1968		8,32			8,75
1969		8,29			8,74
1970		7,48			8,35
1971		7,41			7,68
1972		7,07			6,31
1973		6,55			4,64
1974		5,97			4,13
1975		4,64			3,70
1976		4,13			3,59
1977		3,70			3,40
1978		3,59			
1979		3,40			

TABELA III

Factores de correcção extraordinária a aplicar a partir de Janeiro de 2006, nos termos do n.º 4 do artigo 12.º da Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro

Ano da última fixação da renda (anterior ao início da correcção extraordinária)	Factores globais de correcção extraordinária				Restantes municípios
	Municípios de Lisboa e Porto				
	Sem porteira e sem elevador	Sem porteira e com elevador	Com porteira e sem elevador	Com porteira e com elevador	
Antes de 1969		1,0315			1,0315
1969		1,027			1,0315
1970		1,021			1,0315
1971		1,021			1,029
De 1972 a 1979		1,021			1,021

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Portaria n.º 1127/2005

de 31 de Outubro

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, que durante o ano de 2006 os valores do preço da habitação para efeitos de cálculo da renda condicionada a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 329-A/2000, de 22 de Dezembro, sejam, consoante as zonas do País constantes do quadro anexo, os seguintes:

- Zona I — € 682,53 por metro quadrado da área útil;
- Zona II — € 596,62 por metro quadrado da área útil;
- Zona III — € 540,53 por metro quadrado da área útil.

O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*, em 28 de Outubro de 2005.

QUADRO ANEXO

Zona I:

- Concelhos sede de distrito;
- Concelhos de Amadora, Oeiras, Loures, Odivelas, Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Matosinhos,

Gondomar, Vila Nova de Gaia, Valongo, Maia, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Almada, Barreiro, Seixal, Moita e Montijo.

Zona II — concelhos de Torres Vedras, Alenquer, Santiago do Cacém, Sines, Espinho, Ílhavo, São João da Madeira, Guimarães, Vizela, Covilhã, Figueira da Foz, Lagos, Olhão, Loulé, Albufeira, Vila Real de Santo António, Portimão, Caldas da Rainha, Peniche, Elvas, Entroncamento, Torres Novas, Tomar, Chaves, Peso da Régua, Sesimbra, Palmela, Silves, Abrantes e Estremoz.

Zona III — restantes concelhos do continente.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Portaria n.º 1128/2005

de 31 de Outubro

Pela Portaria n.º 667-R5/93, de 14 de Julho, alterada pela Portaria n.º 1241/2002, de 6 de Setembro, foi concessionada ao Clube de Caça de Armação de Pêra a zona de caça associativa de Dorde (processo n.º 1461-DGRF), situada no município de Mértola, válida até 14 de Julho de 2005.